

MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA UFPB: o Arquivo da Faculdade de Medicina da Paraíba (1952-1954)

INSTITUTIONAL MEMORY OF THE UFPB: The Archive of the Medical School of Paraíba (1952-1954)

 Emília Eulina Pereira de Souza¹

 Maria Cleide Rodrigues Bernardino²

¹ Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Arquivista na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

E-mail: emiliaeulina@gmail.com

² Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora no Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA).

E-mail: cleide.rodriques@ufca.edu.br



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0

Internacional. 

Conflito de interesses: Os autores declaram que não há conflito de interesses.

Financiamento: Não há.

Declaração de Disponibilidade dos dados:

Todos os dados relevantes estão disponíveis neste artigo.

Recebido em: 31/03/2020.

Aceito em: 09/06/2020.

Revisado em: 18/06/2020.

Como citar este artigo:

SOUZA, Emília Eulina Pereira de; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Memória institucional da UFPB: o arquivo da Faculdade de Medicina da Paraíba (1952-1954). **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 162-180, jan./jun. 2020.

DOI: <https://doi.org/10.36517/2525-3468.ip.v5i1.2020.43676.162-180>.

RESUMO

A sociedade da informação requer das pessoas e das instituições, condições estruturais e habilidades para adquirir informações. As instituições, especialmente aquelas responsáveis por disponibilizá-las, adéquam suas atividades para atingir esse propósito. Desse modo, os arquivos, como parte dessas instituições e, ao longo da história, vêm contribuindo para a preservação de suas memórias. No presente estudo, busca-se evidenciar a informação como um componente intermediário entre pessoas dessa sociedade favorecendo mudanças no modo de ser e como as instituições estruturam suas ações. A pesquisa é de cunho qualitativo, o método utilizado é a pesquisa documental com o objetivo de uma análise holística buscando apreender também os detalhes do momento sociocultural e territorial. Foram analisadas 30 sessões analisadas do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Medicina da Universidade federal da Paraíba tendo o Arquivo como meio de comunicarmos experiências passadas pertinentes a um contexto de alçadas, métodos, economia e até mesmo território, fatores que individualizam uma instituição no seu tempo cronológico e na sua localidade. Esta situação admite elucidar o sentido dos caminhos narrados.

Palavras-chave: Informação. Memória Institucional. Arquivo.

ABSTRACT

The information society requires people and institutions to have structural conditions and skills to acquire information. Institutions, especially those responsible for making them available, adapt their activities to achieve this purpose. In this way, archives, as part of these institutions and, throughout history, have contributed to the preservation of their memories. In this study, we seek to highlight information as an intermediate component between people in this society, favoring changes in the way of being and how institutions structure their actions. The research is of a qualitative nature, the method used is the documentary

research with the objective of a holistic analysis seeking also to apprehend the details of the sociocultural and territorial moment. Thirty analyzed sessions of the Administrative Technical Council of the Faculty of Medicine of the Federal University of Paraíba were analyzed with the Archive as a means of communicating past experiences pertinent to a context of competences, methods, economics and even territory, factors that individualize an institution in its time chronological and in your locality. This situation admits to elucidating the meaning of the narrated paths.

Keywords: Information. Institutional Memory. Archive.

1 INTRODUÇÃO

Em uma conjuntura de avanços tecnológicos, na qual se verificou o aumento do acesso e uso da informação, entende-se que as significativas mudanças nos aspectos individual, institucional, nas culturas e nações, justificam o surgimento de novas características do comportamento humano.

A informação é um componente intermediário entre as pessoas dessa sociedade, favorecendo mudanças nas características em que as instituições estruturam suas ações. O fato é que nenhuma fronteira detém a informação (LE COADIC, 1996) e no processo de apreensão da realidade ela é interpretada e representada por signos e significados que serão atribuídos pelo profissional da informação, quando a manipula, antes de colocá-la a disposição do usuário.

A informação constitui-se num elemento que intensifica as mudanças sociais, pluralmente no desenvolvimento político, social e econômico do convívio entre as pessoas. Barreto (1996, p. 2) compreende a informação como “[...] estruturas significantes com a competência de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo, ou a sociedade”. Nessa perspectiva, a Ciência da Informação contempla a Arquivologia na sua teoria e prática, também na origem, tratamento e disseminação da informação, possibilitando estudos sobre esses fenômenos.

O Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) constitui-se de uma Unidade de Informação de fundamental importância para a

preservação, uso e disseminação da informação, porque apresenta grande produção de documentos que registram as atividades de gestão da universidade, além de proporcionar o uso e acesso desse material através do seu arquivo.

Neste trabalho discute-se as informações sobre a memória institucional do curso de medicina da UFPB entre os anos de 1952-1954 contidas no livro de Ata do Conselho Técnico Administrativo (CTA) do CCS. O objetivo geral é analisar as informações sobre memória institucional do Curso de Medicina da UFPB, entre os anos de 1952-1954, presentes no Arquivo do CCS.

Delineia-se durante este processo de análise, primeiro compreender o conceito de informação, considerando as definições de reconhecidos autores da área de ciência da informação, em seguida trabalha-se com o conceito e investigação sobre a importância e significação de memória e sua presença na sociedade. Ademais, destaca-se a memória institucional como meio, que através da guarda de documentos em arquivos, atestam, contam nos seus registros as decisões de uma gestão administrativa, uma gestão de ensino, de um recorte temporal de um período.

2 INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL

A informação é vista por Bateson (1972, p. 459) “[...] como sendo a diferença que faz a diferença”, ou seja, o que se absorve de novo é o que passa a ser conhecimento, aquilo que apreendemos e torna-se parte de nossas vidas, nosso modo de entender, compreender e socializar com o mundo. A informação vista como conhecimento comunicado tem ganhado relevância na sociedade contemporânea, principalmente com o surgimento da ciência da informação como disciplina da década de 50 (CAPURRO; HJORLAND, 2007).

Como aponta Marteleto (1994, p.113),

A informação representa o elemento mediador das práticas, das representações e das relações entre os agentes sociais, por um lado. Por outro, ela constitui hoje mais uma maneira de lidar com a realidade, do que propriamente um elemento estanque, ou registro da tradição. Por outros termos, informação corresponde a uma maneira moderna de acessar signos, os significados, de construir interpretações a respeito do real.

De acordo com Capurro e Hjørland (2007, p. 149) “É lugar comum considerar a informação como condição básica para o desenvolvimento econômico, juntamente com o capital, o trabalho e a matéria-prima”. A informação no presente panorama de exercícios de uso de aparelhos tecnológicos configura-se como aparelho poderoso de comunicação por alcançar os indivíduos pertencentes aos mais diferentes tipos de *habitat*, sejam eles pobres ou ricos, com ou sem escolaridade, com culturas e/ou costumes diferentes, atingindo várias gerações, gêneros e raças. Destarte, que ela viabiliza que a mensagem seja conduzida, herdada e utilizada, seja de forma física ou em mídia digital para os seus utilizadores. Destaca-se que,

[...] a informação, como objeto cultural, se constitui na articulação de vários estratos (linguagem, sistemas sociais e sujeitos/instituições) em contextos concretos de ação que se evidencia como uma ação de informação que articula esses estratos em três dimensões principais: uma, **semântico-discursiva**, enquanto a informação responde às condições daquilo sobre o que informa, estabelecendo relações com um universo prático-discursivo ao qual remetem sua semântica ou conteúdos; outra, **meta-informacional**, onde se estabelecem as regras de sua interpretação e de distribuição, especificando o contexto em que uma informação tem sentido; a terceira, uma dimensão **infra-estrutural**, reunindo tudo aquilo que como mediação disponibiliza e deixa disponível um valor ou conteúdo de informação, através de sua inscrição, tratamento, armazenagem e transmissão (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000, p. 4, grifo nosso).

Seguindo essa acepção a definição se correlaciona como artefato que une os componentes: físico que é o suporte, o semântico que envolve a cognição e suas interpretações, guarda e divulgação. A transferência do conteúdo do documento e a recepção pelo sujeito, ou seja, a informação faz um curso, um caminho, perpassando pelas pessoas.

Para Buckland (1991, p. 1),

Informação como processo (“informação” é “o ato de informar [...]”; comunicação do conhecimento ou “novidade” de algum fato ou ocorrência), informação como conhecimento (o conhecimento comunicado referente a algum fato particular, assunto, ou evento; aquilo que é transmitido, inteligência, notícias) e informação como coisa (atribuído para objetos, assim como dados para documentos, que são considerados como “informação”, porque são relacionados como sendo informativos, tendo a qualidade de conhecimento comunicado ou comunicação, informação, algo informativo).

Diante disso, fica perceptível a primordialidade de salvaguardar os documentos que averbam os atos, as intervenções, as atuações, os comportamentos, atividades, práticas, desempenhos, feitos, façanhas, obras, realizações, procedimentos, execuções e

operações. Na busca de salvaguardar as informações que testemunharam os procedimentos para recuperação da memória.

Assim, traz-se a contribuição de Le Goff (1990, p. 423) afirmando que,

[...] a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou o que ele representa como passadas.

O armazenamento e a conservação da informação nos remetem a possibilidade de resgatar a memória, devido ao acesso que se pode ter aos dados, informações, elementos, conhecimentos, referências, bases, aspectos, conceitos e materiais. É nessa relação do presente que relembramos do passado em que a memória está inserida.

[...] a memória compreende uma condição exclusiva dos seres humanos, visto que esta é a única espécie que goza de capacidade cognitiva, ou seja, a função de conservar informações, recuperando-as num processo de memorização e atualização de suas experiências passadas para o presente (LE GOFF, 1990 *apud* RIBEIRO, 2014, p. 15).

Devido à grande mudança da sociedade, partindo para uma era informacional, as instituições sentiram necessidade de rever sua postura no modo de organizar, preservar e disponibilizar suas informações, que até então não recebiam planejamento adequado, assim, é a partir da década de 1970 que começa os estudos sobre memória institucional enfocando os processos históricos, e as instituições passam a ver a importância da preservação da memória da instituição (RIBEIRO, 2014). O arquivo configura-se como receptor das informações institucionais e como elemento essencial para o funcionamento e armazenador da memória, vejamos:

O arquivo, antes de ser memória histórica, é memória de dominação, constante de legados e atestações, de certificados que são provas dos direitos de poder, de posse e de origem familiar. Durante a Idade Média, armazenavam-se nos arquivos dos príncipes, dos mosteiros, das igrejas e das cidades os documentos que serviam para atestação de instituições e grupos. Derrida vê o arquivo como uma categoria basicamente política: “A questão jamais pode ser posta como questão política entre outras questões. Ela define todo o campo e na realidade de A e Z a respeito da *res publica*. Não há poder político sem controle sobre os arquivos” (ASSMANN, 2011, p. 368).

De acordo com Ribeiro e Barbosa (2007, p. 106), as instituições “[...] buscam através de uma história e de uma memória, construir uma identidade institucional, produzindo a partir desse movimento a sua própria legitimação”. Então, é primordial

respeitar a relação existente entre os atos administrativos institucionais que quando perdem sua vigência transformam-se em memória porque ganham um novo significado, com função agora histórica e informativa.

A memória institucional é uma reorganização do transcorrido por uma gestão contextualizada por um momento político, uma cultura social e tecnologia com comportamentos e recursos que já ficaram para trás. Como em todo processo de escolha e de seleção, constituirá a memória institucional aquilo que for relevante e esteja impregnado de sua cultura, o conjunto de elementos que formam a personalidade de uma instituição são os grandes pilares da memória institucional. Rueda, Freitas e Valls (2011, p. 7) definem memória institucional como sendo uma “[...] estrutura decorrente de necessidades sociais básicas, com caráter de relativa permanência, identificável pelos valores de seus códigos de conduta, alguns deles expressos em leis”, ou seja, “[...] um instrumento legal de reprodução das relações sociais” (THIESEN, 2013, p. 108).

É muito comum que os temas relacionados a um contexto de cultura, economia e até território, caracterizam uma instituição no seu tempo cronológico e na sua localidade. Esta conjuntura permite explicar o sentido dos percursos descritos. Thiesen (2013, p. 37) entende que “[...] um permanente jogo de informações que se constrói em práticas discursivas dinâmicas. O instituído e o instituinte fazem suas jogadas na dinâmica das relações sociais”. Neste sentido, podemos compreender que o arquivo da Faculdade de Medicina da Paraíba, possui o papel de guardião de parte da memória da UFPB. Ou seja, ao documento ali preservado que retratam características da administração e funcionamento da instituição.

As instituições quando expõem a sua memória têm a oportunidade de resgatar sua imagem perante a comunidade, notadamente como é o caso de instituições de ensino, que sempre trazem grandes impactos para as sociedades nas quais estão inseridas (MORENO; LOPES; DI CHIARA, 2011, p. 4).

A assimilação e a compreensão do que é memória não deve está limitada a convicção de lembrança, esquecimento e/ou representação, porque propósito da memória se constitui práticas individuais e coletivas que se transformam no caminho em que a sociedade busca traduzir a memória cultural correspondente ao cenário histórico e sociocultural. Então sustentamos de que a memória

[...] é como a escrita fosse um trabalho de ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto, criando-se, através dele, um autor e uma narrativa. Uma ideia que se alimenta do entendimento de que a escrita de si foi mobilizada pelos indivíduos modernos, com múltiplas intenções (GOMES, 2003, p. 16).

Assim, fundamenta-se o nascimento do arquivo como receptáculo de memória, no qual as informações podem estar inscritas em diferentes suportes como pedra, argila, papiro, papel, e/ou suportes tecnológicos. Diante da comprovação dos fatos, a partir dos dispositivos peculiares dos arquivos, podemos entender as similaridades e rupturas com hábitos e práticas do passado, que nos trazem reconhecimento, a um lugar, a uma fala, uma atitude.

3 ARQUIVOLOGIA E O ARQUIVO: UM LUGAR DE MEMÓRIA

Arquivologia estuda os arquivos em todos os seus aspectos e circunstâncias. Ela objetiva o estudo dos princípios e técnicas a serem aplicados na sua normatização, organização, desenvolvimento e utilização. Alguns autores consideram que a Arquivologia, enquanto disciplina, existe desde século XVI. Sobre a utilização com base em Silva et al (2009, p. 93) pode-se afirmar que:

A partir do século XVI, as rotinas da profissão começam a ser frequentemente disciplinadas por normas regulamentares, algumas inclusive de caráter oficial. Não obstante o conteúdo pragmático das mesmas, verificando-se que elas têm já iminentes princípios gerais de natureza arquivística, os quais irão adquirir depois a forma de postulados, levando ao nascimento de uma nova disciplina - a arquivística - como construção conceitual e sistemática do saber adquirido por uma prática milenar de gestão dos arquivos. [...] O “saber” e a “prática” estavam já intimamente ligados desde as civilizações mais antigas. São duas realidades indissociáveis, mesmo na fase em que tal “saber” ainda não encontrava suporte em termos regulamentares. A ordenação sistemática, as primeiras etiquetas e os primeiros inventários já são expressão desse saber.

Considerando que os documentos de Arquivo nascem e se agrupam de maneira natural através das atividades dos indivíduos ou das instituições que os produziram ou receberam, eles possuem entre si uma interface orgânica e organizada. Com o intuito de uma melhor compreensão, arquivo é um conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, caracterizado pela natureza orgânica de sua acumulação e conservado por essas pessoas ou por seus sucessores, exprimindo intenção para fins de prova ou informação. Mais uma descrição relevante é

que se trata de uma repartição administrativa cuja função é reunir, ordenar, guardar e dispor para o uso conjuntos de documentos, segundo os princípios e técnicas arquivísticos (PAES, 2007). Percebe-se, então, que a Arquivologia possui características que envolvem o todo, a inter-relação e a organização, os quais são as ações que asseguram o ambiente arquivístico e por sua vez a própria Arquivologia. Para Araújo, (2011, p. 119),

[...] a Arquivologia trouxe para a CI não apenas um rico acúmulo de técnicas, conceitos e visões sobre os documentos arquivísticos, mas também ideias sobre a organicidade e o ciclo de vida dos documentos, sobre patrimônio e memória, sobre a historicidade dos registros do conhecimento humano para todas as disciplinas científicas pertencentes ao campo das ciências humanas e sociais (afinal, a historicidade é uma marca distintiva de todos os fenômenos humanos, portanto dimensão incontornável de todas as ciências sociais e não apenas da História).

A Arquivologia faz parte da Ciência da Informação (CI), que investiga os processos organizacionais da informação e do conhecimento. Ela é responsável por legitimar a teoria e a prática da gestão de documentos nos arquivos, para garantir a autenticidade, a fidedignidade, a organicidade, a conservação e preservação dos documentos de arquivo.

A gestão de documentos arquivísticos respeita e cumpre a teoria das três idades, que estabelece “[...] uma ponte entre a documentação de gestão e a destinada a ser preservada para fins de pesquisa. Essa sistematização diz respeito ao ciclo vital dos documentos que abrange três fases do arquivo: corrente, intermediário e permanente. No Brasil, a Lei 8.159/1991 dispõe sobre a política nacional de arquivos e define:

Art. 8º - Os documentos públicos são identificados como correntes, intermediários e permanentes.

§ 1º - Consideram-se documentos correntes aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes.

§ 2º - Consideram-se documentos intermediários aqueles que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

§ 3º - Consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados.

Art. 9º - A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência.

Art. 10º - Os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis (BRASIL, 1991, online).

São nessas duas últimas fases do documento que se enquadra o arquivo do CCS, campo da nossa pesquisa. Para cumprimento da política nacional de arquivos utiliza-se a Tabela de Temporalidade dos Documentos que é descrita como

[...] um instrumento arquivístico resultante de avaliação, que tem por objetivos definir prazos de guarda e destinação de documentos, com vista a garantir o acesso à informação a quantos dela necessitem. Sua estrutura básica deve necessariamente contemplar os conjuntos documentais produzidos e recebidos por uma instituição no exercício de suas atividades, os prazos de guarda nas fases corrente e intermediária, a destinação final - eliminação ou guarda permanente -, além de um campo para observações necessárias à sua compreensão e aplicação (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p. 44).

A fase corrente acontece durante a gestão de uma instituição são produzidos todos os dias documentos que registram suas ações e funcionamento. São exemplos desses documentos: Atas de reuniões do Conselho de Centro, Atas de reuniões do Conselho Técnico Administrativo, resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, resoluções do Conselho Universitário, portarias, memorandos, ofícios, termos, entre outros.

Na fase intermediária ou de segunda idade, a documentação possui sua origem no arquivo corrente, ainda não perderam totalmente o valor administrativo, aguardam sua destinação final que pode ser recolhimento ao arquivo permanente ou eliminação. Ou seja, não precisam necessariamente passar pelas três idades, existem aqueles que não têm valor permanente, nem histórico, portanto, são eliminados após cumprir o prazo precaucional.

O Arquivo Permanente, de valor secundário, que adquire entre outros fins, a preservação da memória e história das atividades desenvolvidas por uma pessoa física ou jurídica durante determinado período. A organicidade que é o processo natural de acumulação dos documentos no decorrer de sua produção para fins administrativos que posteriormente quando perdem a sua vigência passam a ter valor histórico permitindo aos usuários conhecer a história de um indivíduo ou de uma instituição.

Os arquivos servem para provar, lembrar-se, compreender e identificar-se. Provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária. Lembrar-se é uma utilidade de gestão. Compreender é uma utilidade científica de conhecimento. Identificar-se pela transmissão da memória é uma utilidade social (DELMAS, 2010, p. 21).

Schellenberg (2006, p. 19) define o termo “Arquivo” direcionando-se aos documentos de arquivo permanente, como sendo:

[...] documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para esse propósito, num arquivo de custódia permanente.

Após o término da vigência dos documentos estes são encaminhados para os fundos de arquivo onde ficarão por tempo determinado pela tabela de temporalidade dos documentos. O fundo é organizado através do sistema de arranjo e deve ser dispensado de forma hierárquica de acordo com suas funções e atividades.

Quadro 1 - Ciclo de vida dos documentos.

Fase Corrente	Fase Intermediária	Fase Permanente
Estão os documentos administrativos produzidos pela gestão no decorrer das suas atividades cotidianas, são utilizados com muita frequência atendendo as decisões imediatas. Possuem valor primário	Nesta fase os documentos já não são mais utilizados com frequência e obedecem a um prazo precaucional para recolhimento ao arquivo permanente/histórico ou eliminação. Ainda possuem valor primário.	Aqui os documentos já perderam todo o seu valor administrativo possuindo apenas um valor de prova, um valor histórico. Possuem valor secundário.

Fonte: Elaboração própria, 2019.

O Arquivo permanente tem como usuário tanto os pesquisadores como o cidadão comum, enquanto para o primeiro, o acervo permanente servirá de matéria-prima para estudos e pesquisas, para o cidadão comum o documento do arquivo permanente servirá como prova e marca característica da comunidade em que vive. Schelleberg (2006, p. 186) apresenta três tipos de utilização para os arquivos permanentes: “a) mostrar a história da organização em causa; b) responder a questões técnicas relativas às suas operações; e c) atender a possíveis necessidades eruditas de informação que esteja incidental ou acidentalmente contida nos documentos”

Dessa forma, voltamos o olhar para o Arquivo do CCS, entendendo-o como um ‘lugar de memória’, capaz de contribuir com pesquisa e a preservação da memória institucional da UFPB. Assim, entre seu acervo permanente destacamos para análise o livro de Ata referente aos anos de 1952 a 1954, uma vez que nos permitirá retratar a história da organização e resgatar a memória institucional da universidade, contribuindo para futuros estudos e pesquisas.

Diante do exposto, a memória institucional reorganiza-se do tempo transcorrido por uma administração descrevendo uma conjuntura, uma política, uma tradição social, a ciência e a contemporaneidade, com condutas e expedientes; bem como em todo procedimento de seleção e de triagem, comporá ao arquivo o que for proeminente; e permaneça carregado de tradição, o conjunto de fundamentos integrantes da

originalidade de uma instituição válidos. Neste sentido, a memória institucional se conforma como uma composição resultante de imposições sociais fundamentais, com costumes identificáveis pela relevância de seus códigos de conduta, alguns deles expressos em leis.

Segundo Bellotto (2000, p. 29) a ata se enquadra na classe dos “documentos testemunhais, que são os que acontecem depois do cumprimento de um ato dispositivo ou derivam de sua não-observância ou são relativos a observações sujeitas a relatórios, a termos de visita etc”. Bellotto (2000, p. 48) define,

Ata é um documento diplomático testemunhal de assentamento. Registro resumido das ocorrências de uma reunião, assembleia ou sessão, assim como das decisões tomadas por seus membros. Se for de eleição, resume o seu desenrolar. Geralmente é lavrada em livro próprio. Protocolo inicial: número da ata e nome da entidade subscritora da reunião. Data cronológica, inclusive designação da hora, do local, com endereço. Nome das pessoas presentes, sua qualificação e declaração de abertura da sessão pelo presidente e secretário. Texto: assuntos discutidos, em obediência ou não a uma ordem do dia ou pauta. Protocolo final: fecho: nada mais havendo a tratar, eu, secretário, lavrei a presente [...]. Assinaturas do presidente e do secretário (BELLOTTO, 2000, p. 48).

Nessa continuidade, a ata simboliza um registro formal, original e autêntico, pois, fica traduzido na escrita os assuntos discutidos, os questionamentos que foram feitos, como também a assinatura das pessoas que estão presentes. Desse modo, temos a ata como um documento oficial muito utilizado pelos órgãos institucionais.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O universo da pesquisa será o arquivo da direção do CCS/UFPB, com a escolha do Livro de Ata do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Medicina da Paraíba perpetrando um recorte temporal nas datas de 15/01/1952 a 05/06/1954. Durante esse período foram investigadas as sessões ordinárias e extraordinárias deste Conselho. A pesquisa é de cunho qualitativo que para Godoy (1995, p.62) “[...] têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural”. Isso enriquece o contato dos pesquisadores com o universo pesquisado. O método utilizado é a Pesquisa Documental devido a pesquisa a ser efetuada num livro de atas, que é um documento de suporte físico e as informações são registradas através da escrita. Ampara-se no apontamento de Silva *et al.* (2009, p. 4557), no sentido de que:

destaca-se aqui a relevância dos documentos de linguagem verbal e escrita, pois estes constituem os principais tipos de documentos na área da pesquisa educacional. Reafirma-se que seja qual for o tipo de documento estudado a atividade investigativa não poderá ser vista como simples descrição do documento.

Portanto, ponderando as várias propriedades do elemento de estudo, bem como as obrigações de coletar informações cuidadosamente na ótica de diferentes particularidades, o estudo fundamentou-se na pesquisa documental, como o objetivo de uma análise holística buscando apreender também os detalhes do momento sociocultural e territorial.

4.1 O ARQUIVO DO CENTRO DE CIÊNCIA DA SAÚDE

O arquivo do CCS da UFPB não possui portaria de criação nem de funcionamento. É interligado ao Sistema de Arquivos da UFPB estando vinculado hierarquicamente ao Arquivo Central/UFPB.

Teve sua criação de maneira informal em 1980 para acolher as necessidades de demanda de documentos expedidos e recebidos por toda a unidade. A arquivista e a técnica em arquivo desenvolvem as atividades de avaliação e seleção documental, higienização, classificação e aplicação da Tabela de Temporalidade dos Documentos (TTD), conservação e preservação.

Ele está situado na sala 801 do Bloco Arnaldo Tavares ao lado do Bloco da Direção de Centro. Diariamente adquire peças documentais, (processos, ofícios, memorandos, resoluções, entre outros), que saem da fase corrente e passa para a fase intermediária e permanente e/ou eliminação. Na fase corrente, ocorre a produção e recepção de documentos, ocorre na secretaria do CCS, quando estes chegam a fase intermediária e permanente são transferidos e recolhidos para o arquivo permanente.

O arquivo do CCS/UFPB detém tipologias documentais como atas, resoluções, certidões, portarias, memorandos, ofícios, cartas e processos. São classificados de acordo com a Tabela de Temporalidade dos Documentos das Instituições de Ensino Superior que é respaldada na Tabela de Temporalidade do Conselho Nacional de Arquivos, aplicando a código decimal, fundamentado no modelo Melvil Dewey com as Classes correlativas as grandes funções da Universidade e as subclasses refletindo a subordinação e hierarquia dos assuntos. As principais classes são: 000 – Administração; 100 – Ensino; 200 – Pesquisa; 300 – Extensão; e 900 – Assuntos diversos.

4.2 ANALISANDO O LIVRO DE ATA DO CONSELHO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DA FACULDADE DE MEDICINA DA PARAÍBA DE 15/01/1952 A 05/06/1954

Analisou-se as 30 (trinta) sessões que estavam registradas na Ata do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Medicina entre 15/01/1952 a 05/06/1954. Nos registros delas estão presentes as assinaturas e a presença dos professores eleitos na forma do Artigo 98 do Regimento Interno da Faculdade de Medicina da Paraíba, são eles: Newton Nobre Lacerda, Lauro dos Guimarães Wanderley, Antônio Dias dos Santos, Adrubal Massiglia de Oliveira, Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega e Luiz Gonzaga de Miranda Freire.

A primeira sessão ocorreu no dia 15/01/1952 e tratava sobre o funcionamento e estabelecimento de diversos setores, também fica registrado sugestões de valor de remuneração e provimento do corpo administrativo. Já a segunda sessão ocorre em 10/02/1952 e ocupa-se do concurso de reabilitações e da constituição de bancas examinadoras, datas e horários, do corrente ano. Na terceira sessão debate-se sobre o programa de festas em comemoração a cursos médicos.

É na sessão número quatro, realizada em 26/04/1952 que está registrada a posse do primeiro Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da Paraíba, “fato de especial significação para o ambiente universitário da Paraíba” (Ata do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Medicina da Paraíba de 15/01/1952 a 05/06/1954, p. 08). Percebemos o quanto é importante reviver a memória que neste aspecto relata o primeiro de registro de união e luta estudantil.

A sessão número cinco foi em 28/05/1952 cogitou a possibilidade de um auxílio de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de Cruzeiros) através de “correspondência com o Deputado Janduy Carneiro, que possui assento na Câmara Federal” (p. 09). Verificou-se nesta coleta a possibilidade de reconhecer o momento político econômico através da moeda em circulação, na época.

No dia 05/07/1952 na página 12 da referida ata, ficou deliberado que o professor Lauro Wanderley assumiria a cadeira de presidente do Conselho durante a viagem do atual presidente (Newton Lacerda) a Capital Federal no Rio de Janeiro. Mais uma vez a recuperação da memória nos remete ao momento político e também territorial, tendo em

vista a Capital Federal era localizada no Sudeste do Brasil e não em Brasília, Centro-Oeste do Brasil, seu lugar atual.

A sessão do dia 30/07/1952 aprova a anterior. Em 23/08/1952 fica registrado a regularização dos professores que vão reger a segunda série e a ampliação do prédio onde atualmente funciona a faculdade e a instalação de laboratórios. Na data 20/09/1952 expõe-se a solicitação de um laudo para providenciar a construção de mais um tanque para a formalização de cadáveres. No dia 30/10/1952 alude designação de bancas examinadoras. E em 02/12/1952 versa sobre a presença especial do diretor “Luiz Gonzaga Burity, Inspetor Federal” (p. 22). Captamos o avanço acadêmico gradativamente que está gravado na referida ata.

O dia 30/12/1952 registra uma pauta muito extensa, nela são debatidos a “situação da faculdade e o orçamento para 1953; contrato de professores; base de remuneração de professores; ampliação do prédio; equipamentos do laboratório da segunda série; revisão de programas das cadeiras para 1953; obrigatoriedade da inclusão de português no curso de habilitação; situação da cadeira de Anatomia Topográfica; criação da escola de Enfermagem, nos termos da solicitação do Ministério da Educação e Saúde”. A memória do momento financeiro e de busca de progresso academicista resgatado a partir da leitura da transcrição da reunião.

Em 31/01/1953 houve uma reunião extraordinária para debater a proposta orçamentária para o exercício financeiro, deste mesmo ano. A sessão subsequente foi em 31/01/1953 abordou apenas da indicação das bancas examinadoras. A ulterior em 03/03/1953 acometeu sobre a impraticabilidade da realização de um novo concurso. Noutra em 21/03/1953 a pauta destacou-se na nomeação dos assistentes das cadeiras de química fisiológica; a pauta de 02/05/1953 ressaltou o recebimento pela diretoria de 1.500.000,00 cruzeiros em auxílio para obras de construção e adaptação de quatro salas. Nesse momento o livro de ata registra as novas aquisições relativas ao corpo acadêmico que reflete a gestão administrativa, naquele período.

Acentuou-se em 06/07/1953 o “acordo firmado com o Conselho Nacional de Pesquisas para instalação, na Faculdade, de um Centro de Estudos Neurológicos, conseguido graças à interferência do professor João Agripino” (p. 45). Fica apreendida a influência das amizades durante os acordos firmados para melhoria da Faculdade.

Na data 04/07/1953 foram deliberados os horários para realização da segunda chamada das primeiras provas parciais, a contratação do professor Eugênio Carvalho, a

desapropriação pela Prefeitura do prédio anexo a Faculdade, de propriedade do Dr. Álvaro Jorge. Examina-se em 05/09/1953 que “fica consubstanciada a aquisição de uma área da propriedade da F. Matarazzo” (p. 51). Argumentou-se em 01/10/1953 a eleição para novo Conselho Técnico Administrativo. Fica enfatizada em 07/11/1953 a doação pela firma A. F. Matarazzo, da área de terreno pleiteada pela Faculdade.

Aponta-se em 12/12/1953 a remuneração das bancas examinadoras, os programas da terceira série. As sessões de 10/01/1954 e 01/02/1954 mostram apenas “desiguação das bancas examinadoras” (p. 62 e p. 66). Evidencia-se no dia 15/03/1954 a indicação de Dr. Adênio Lima e Dr. Lavosier Feitosa para assistentes de disciplina da cadeira de Clínica Propedêutica Médica; na mesma reunião também é narrada a aceitação do regimento interno.

A prestação de contas relativas a exercício do ano de 1953 com todos os detalhes de receita e despesas foi feita dia 08/04/1954. A penúltima sessão analisada ocorreu dia 24/05/1954 com a seguinte pauta:

1. Curso de Histoquímica a ser realizado na Faculdade
2. Homologação Final, pelo Ministério da Educação dos professores Guilherme Martins e Janduy Carneiro para as cadeiras de Farmacologia e Patologia em geral
3. Auxílio do Serviço Nacional de Tuberculose para equipamento do Laboratório de Microbiologia
4. Recebimento de 10 (dez) microscópios pela divisão e Organização Dentária
5. Contratação de um professor alemão para regência da cadeira de Patologia
6. Nova remuneração dos professores
7. Pagamento da quantia de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) ao Hospital Santa Isabel para a instalação de cadeiras de Clínica

A última sessão analisada ocorreu na data 05/06/1954 e salientou o reconhecimento definitivo da Faculdade pelo Ministério da Educação, a “aquisição e instalação de laboratórios e a conclusão das obras no Hospital de Tuberculosos, que possibilitaria a entrega do atual Clementino Fraga e conseqüentemente transferência da Faculdade para o respectivo prédio”.

Fazendo um aparato geral destacamos nesse trabalho o valor histórico, humano, social e político dos arquivos, sendo também uma forma de a administração pública, através do Arquivo prestar atendimento e satisfação ao usuário, em concordância com os princípios fundamentais arquivísticos. As 30 sessões analisadas do Conselho Técnico Administrativo tiveram em comum temas como designação de bancas examinadoras, criação de disciplinas, contratação de professores, remuneração de professores, pagamentos efetuados e recebimentos de doações em dinheiro ou de terrenos e/ou prédios.

Em comum registram a história da Faculdade de Medicina, do CCS e consequentemente da própria UFPB por meio de atos e decisões administrativas e acadêmica, linguagens, regimentos, as relações sociais da época cartas, fotografias, esculturas e documentos como elementos socioculturais inerentes a primeira turma do curso de medicina da primeira Faculdade de Medicina da Paraíba.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, em primeira análise o presente trabalho enfatizou-se o arquivo como lugar de memória, logo que, ele armazena documentos únicos, particulares e institucionais das experiências desempenhadas pelas gestões administrativas e acadêmicas da Instituição UFPB, permitindo que o leitor viva a memória do tempo, lugar, cultura e política que serviram de base para a atualidade.

Em segunda análise a realidade do arquivo guarda no presente a imensidão do passado, o universo que ficou para trás. É com o passar do tempo, das gerações, das gestões, do efetivamente envelhecer. O lugar de memória (arquivo) elabora estantes com pastas, caixas, estoque de papéis, de documentos e fotografias. O objetivo do presente, registrar os fatos, propicia a criação de mostras sobre o passado.

Ao falar sobre arquivo no presente estudo, o objetivo foi de destacar os documentos permanentes, visto que são esses que registram acontecimentos que constituem a memória de uma instituição oportunizando conhecer o passado na sua imensidão e complexidade e ainda como ele está presente. Narrar o que foi vivido, na memória que conseguimos capturar, nesse caso, lembrar e esquecer é uma escolha, quando queremos esquecer um fato, estamos automaticamente lembrando ele, e relatar o que aconteceu tornou-se uma opção viável neste estudo.

A memória institucional oportuniza a recordação, que a memória humana não alcança. É com auxílio dos documentos que ficam abrigados nos arquivos que rememoramos experiências e acontecimentos importantes e quem possuem um valor significativo. É uma dinâmica na qual conhecemos o passado, no qual estão descritos nos elementos “arquivados” ou esquecidos naquele local.

A apreciação das atas nos proporcionou peregrinar por uma época tão importante da nossa instituição, época em que ainda não era centralizada, nem federalizada. Nela conservaram-se a escrita e os atos administrativos que interferiram de forma positiva e/ou negativa da história acadêmica do curso da Faculdade de Medicina da Paraíba e posteriormente na instituição. A partir de tal análise, reconhecemos personagens importantes para instituição e entendimento sobre o funcionamento da mesma.

A ata analisada da Faculdade de Medicina, armazenada no arquivo do CCS/UFPB possuiu um papel relevante, uma vez que detêm registrados eventos do início de um dos cursos mais antigos do Estado da Paraíba, a Faculdade de Medicina foi criada em 1951. A Universidade da Paraíba foi criada no ano de 1955 e federalizada no ano de 1960. A ata analisada no presente trabalho registra acontecimentos anteriores a criação da UFPB. Assim, podemos considerar que a Faculdade de Medicina também contribuiu para a criação da Universidade da Paraíba porque foi criada a partir da junção de Faculdades.

Depreende-se o Arquivo como meio de compartilharmos experiências passadas pertinentes a um contexto de alçadas, métodos, economia e até mesmo território, fatores que individualizam uma instituição no seu tempo cronológico e no seu lugar circunscrito. Esta situação admite elucidar o sentido dos caminhos narrados. Em presença da comprovação dos acontecimentos, mediante os dispositivos simbólicos arquivados, obtivemos perceber as relações e rompimentos com hábitos passados, reconhecendo um lugar, uma falação, um modo de atuar de um grupo social.

Por fim, esta pesquisa proporcionou descobertas fundamentais para o entendimento de Memória Institucional da UFPB a partir dos acontecimentos gravados. Foi possível verificar nesta localidade, com a análise dos documentos ali preservados, como se deu a construção da memória. Pretende-se passar a mensagem da comunicação, compartilhar eventos, a credibilidade e a clareza do conteúdo ora transmitido, perpassar a barreira tempo e espaço, socializando à informação.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos Alberto A. Ciência da informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações institucionais e teóricas. **Encontros Bibli**: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, v. 16, n. 31, p.110-130, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p110/17765> Acesso em: 26 jul. 2019.
- ARQUIVO NACIONAL. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública/Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/cctt_meio.pdf Acesso em: 26 jul. 2019.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. São Paulo: Unicamp, 2011.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. A eficiência técnica e econômica e a viabilidade de produtos e serviços de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 1-18, 1996. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/640/644> Acesso em: 26 jul. 2019.
- BATESON, Gregory. **Steps to an ecology of mind**. New York: Ballantine Books, 1972
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística**: reconhecendo e utilizando o documento de arquivo. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo Arquivo do Estado, 2000.
- BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 455, 9 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 26 jul. 2019.
- BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, [S.l.], v.45, n.5, p. 351- 360, 1991.
- CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr., 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47> Acesso em: 26 jul. 2019.
- DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- GODOY, Arilda Schimidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf> Acesso em: 26 jul. 2019.
- GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org.). **Escrita em si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- GÓNZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, [Rio de Janeiro], v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/127/1/GomesDataGramaZero2000.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2019.
- LE COADIC, Yves- François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990. 549 p.
- MARTELETO, Regina Maria. Cultura da Modernidade: discursos e práticas informacionais. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**. Belo Horizonte, v. 23, n.2, p. 115-137. 1994. Disponível em: www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002738 Acesso em: 26 jul. 2019.
- MORENO, Nadina A.; LOPES, Maria Aparecida; DI CHIARA, Ivone Guerreiro. A contribuição da preservação de documentos e a (re) construção da memória. **Biblionline**, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 3-11, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/10439/6933> Acesso em: 26 jul. 2019.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BARBOSA, Marialva. Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional. **Comunicação e sociedade**. São Paulo, São Paulo, v. 28, n. 47, p. 99-114, 2007. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/737/744> Acesso em: 26 jul. 2019.

RIBEIRO, José de Carvalho. **Preservação da memória institucional da AFRAFEP**. João Pessoa, 2014.

RUEDA, Valéria Martins da Silva; FREITAS, Aline de; VALLS, Valéria Martin. Memória institucional: uma revisão de literatura. **CRB-8 Digital**: São Paulo, v.4, n.1, p. 78-89, abr. 2011. Disponível em: <http://doczz.com.br/doc/553660/memoria-institucional--uma-revisão-de-literatura---crb> Acesso em: 19 jul. 2019.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006.

SILVA, Armando Malheiro da *et al.* **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

SILVA, Lidiae Rodrigues Campêlo da *et al.* Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., 2009. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2009, p. 4554-4566. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf Acesso em: 26 jul. 2019.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.